



Conselho Nacional de
Educação

Relato da 107ª Reunião do Plenário¹

No dia 13 de Setembro de 2011, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima sétima Reunião Plenária, tendo sido adoptada a seguinte ordem de trabalhos: 1- Intervenção de Sua Excelência o Ministro da Educação e Ciência sobre as orientações de política educativa para os próximos anos; 2- Aprovação do relato da 106ª Sessão Plenária; 3- Informações; 4- Apreciação do projecto de relatório “Estado da Educação 2011”; 5- Eleição de um elemento a cooptar pelo Conselho Nacional de Educação; 6- Apreciação do projecto de Recomendação sobre Educação para o Risco.

A Presidente deu início à reunião cumprimentando os conselheiros empossados, José Manuel Castanheira da Costa, em representação do CRUP, Miguel Filipe Figueira de Faria, em representação da Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado, Luís Carlos Rebelo, em representação das associações de estudantes do ensino superior universitário. De seguida, agradeceu a presença de Sua Excelência o Ministro da Educação e Ciência, a quem deu a palavra.

Na sua intervenção, o Ministro Nuno Crato começou por referir as dificuldades económicas e financeiras com que o país se depara, o que implica uma diminuição dos recursos afectos ao Ministério da Educação e Ciência, situação que obrigará a uma revisão das políticas no sentido de “fazer mais com menos”. A preocupação central será a elevação da qualidade do ensino, para o que, para além da expansão da educação pré-escolar ser comprovadamente um factor de equidade, o Governo desenvolverá medidas para reduzir o abandono escolar e melhorar a qualidade das aprendizagens, entre as quais se incluem a reestruturação do currículo dos ensinos básico e secundário, a revisão da organização dos ciclos de estudos e a definição de metas de aprendizagem, cujo projecto será continuado. Será feito um debate nacional sobre as questões do currículo, centrado nos aspectos essenciais da aprendizagem do Português e da Matemática, dos programas das disciplinas, que se querem mais claros e mais exigentes, e do ensino profissionalizante, o qual será uma das traves mestras da reforma. O CNE poderá dar um contributo importante neste debate através do levantamento das experiências existentes no panorama internacional.

Sobre a autonomia das escolas, o Ministro considerou existirem problemas que importa resolver, designadamente quanto à garantia do cumprimento do currículo nacional, num quadro de liberdade de escolha de escolas e da existência de alguma concorrência entre estas. Quanto à formação de professores, para além de um maior rigor no processo de

¹ A gravação integral da Reunião do Plenário encontra-se no Arquivo do CNE.

acreditação dos cursos de formação inicial, estão a ser estudadas outras exigências para o acesso, como seja a prova de ingresso em Matemática, bem como a implementação da prova de avaliação de conhecimentos e competências para admissão ao concurso de recrutamento para lugares de ingresso na carreira docente. O regime jurídico da formação contínua está igualmente a ser revisto.

No ensino superior, o Ministro acentuou os problemas orçamentais que afectam as instituições, tendo defendido a necessidade de racionalizar a rede existente no sentido de uma melhor adequação às necessidades do país, pelo que segue com a maior atenção o processo de associação e formação de consórcios que se tem vindo a desenvolver. A revisão das condições de acesso ao ensino superior, procurando dar maior autonomia às instituições, está a ser estudada. Também a articulação do ensino secundário com o ensino superior e deste com o sistema científico nacional estão a ser ponderadas.

Terminada a exposição inicial, a Presidente abriu o debate. Intervieram os conselheiros José Luís Presa, Cecília Honório, João Muñoz, Antero Resende, Vítor Dorés, António Pinho, Adriano Moreira, Sérgio Niza, Paula Santos, Miguel Figueira de Faria, Joaquim Azevedo, Rosário Barros, Almerindo Afonso, Luís Rebelo e Maria Emília Brederode Santos. Os conselheiros solicitaram esclarecimento sobre as medidas enunciadas, designadamente, a revisão dos conteúdos programáticos e o reforço do tempo curricular das disciplinas de Português e Matemática no ensino básico, a introdução de exames no 6º ano de escolaridade, o aumento do número de alunos por turma, as condições para o alargamento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos, a perda de qualidade do ensino profissional realizado nas escolas públicas de ensino secundário, a ausência de programas de orientação vocacional nas escolas, a desvalorização das formações ligadas às Humanidades. As questões relacionadas com a liberdade de escolha de escola e da sua autonomia, do papel do ensino privado, em particular nas áreas da educação especial e do ensino artístico, a continuidade dos processos de avaliação externa das escolas e a extinção das Direcções Regionais de Educação, foram formuladas por vários conselheiros. No que se refere ao ensino superior, foram questionadas as condições para a racionalização da rede e reestruturação do sector, bem como a relação de desconfiança a que se assiste entre o ensino e as ordens profissionais.

Na sua resposta às questões colocadas, o Ministro precisou que a avaliação no 6º ano de escolaridade deve dar conta das dificuldades de aprendizagem dos alunos e possibilitar a elaboração de um programa de recuperação no ano seguinte, em alternativa às práticas de retenção existentes; anunciou que o prolongamento da escolaridade obrigatória terá de ser adiado, considerando que mais importante que o número de anos que se está na escola, é o que nela se aprende. A extinção das DRE será uma medida para simplificação da relação entre o Ministério e as escolas, devendo aquelas dar lugar à criação de direcções de serviços. O sistema de avaliação do ensino superior irá continuar e está em estudo a revisão da fórmula de financiamento das suas instituições.

A Presidente agradeceu a disponibilidade do Ministro para apresentação e debate das novas orientações para a política educativa.

A aprovação do relato da 106ª Sessão Plenária foi adiada para a próxima reunião e foi proposto que o ponto 4 da OT passasse para último, o que foi aprovado. Passando ao **ponto 3 da OT – Informações**, a Presidente colocou à consideração dos conselheiros o voto de pesar pelo falecimento do conselheiro Prof. Doutor Ramôa Ribeiro, que foi aprovado por unanimidade. De seguida, apresentou a proposta de cooptação da Dr.ª Maria José Rau para membro do Conselho e informou estar aberta a urna para votação durante os trabalhos do plenário. Até ao final do ano, deverão ter lugar a Conferência EUNEC subordinada ao tema “New skills for new jobs” (24 e 25 de Outubro) e um seminário sobre as políticas e práticas de associação de instituições no ensino superior. Foi, entretanto, publicado o estudo e recomendação do CNE sobre a Educação dos 0 aos 3 anos.

Os trabalhos foram suspensos para intervalo de almoço.

No ponto 6 da OT – Apreciação do projecto de Recomendação sobre Educação para o Risco, a Presidente pediu aos conselheiros relatores Arsélio Pato de Carvalho e Rosalia Vargas que fizessem a sua apresentação. Considerando que o tema é cada vez mais visto numa perspectiva multidisciplinar e ligado a uma atitude de empreendedorismo, os relatores defenderam que conhecer e preparar para os riscos é missão da escola, ou seja, a escola deve preparar para a tomada de decisões informadas, mas também para compreender o risco e saber geri-lo. Aberto o debate, intervieram os conselheiros João Muñoz, Maria Calado, Domingos Xavier Viegas, Maria Emília Brederode Santos, Vítor Dores e Antero Resende. Os conselheiros felicitaram os relatores, referiram o sentido polissémico do conceito de risco, no sentido de audácia e de liberdade, mas também de confronto com comportamentos e condições exteriores imprevistas, e sugeriram a inclusão dos riscos financeiros e da prevenção de comportamentos de risco entre os jovens. Referiram ainda a publicação de um Manual para Prevenção do Risco, editado pela Autoridade Nacional de Protecção Civil. Os conselheiros relatores irão incluir estes contributos no texto final da Recomendação. A Presidente colocou à votação o projecto de Recomendação, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida, a Presidente deu conta do apuramento do resultado da votação para eleição do membro a cooptar, tendo sido eleita conselheira a Dr.ª Maria José Rau (36 votos a favor e 5 votos brancos). Passou-se ao **ponto 4 da OT – Apreciação do projecto de relatório “Estado da Educação 2011”**. A Presidente apresentou as linhas gerais do relatório, mencionou a dificuldade na obtenção de dados junto da administração, agradeceu o trabalho da assessoria técnica do CNE e colocou à discussão o documento. Intervieram os conselheiros Paulo Sucena, João Muñoz, Sérgio Niza, Maria Calado, Armando Trigo de Abreu, Rosário Barros, Paula Santos, José Luís Presa, Arminda Bragança, Miguel Figueira de Faria, Zélia Nunes, Antero Resende, Maria do Carmo Tavares, Almerindo Afonso e Joaquim Azevedo. Os conselheiros sugeriram alterações na formulação das recomendações gerais e específicas, designadamente e dada a extensão do documento, a inclusão de uma síntese das principais tendências encontradas em 2011, antecedendo as recomendações; a referência à internacionalização e crescente integração das actividades de investigação no ensino superior, bem como o papel da educação ao longo da vida; a distinção entre a formação de jovens e a formação de adultos; a crescente privatização da cobertura na educação pré-escolar e os constrangimentos que afectam a prestação de serviços de educação especial.

A Presidente tomou boa nota dos contributos apresentados para a revisão do documento, o qual se prevê esteja concluído até ao final do ano.

Não havendo mais nada a tratar, a Presidente deu por encerrados os trabalhos desta reunião plenária.